

Aviso nº 894-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 28 de julho de 2014.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 016.801/2014-8, na Sessão Ordinária de 23/7/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como da Decisão Normativa TCU nº 138/2014 (aprova os coeficientes individuais de participação dos Estados e do DF para o ano de 2015).

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Atenciosamente,



JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES  
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes, Senado Federal  
Brasília - DF

**GRUPO I - CLASSE VII - PLENÁRIO**

TC-016.801/2014-8

Natureza: Representação

Interessado: Tribunal de Contas da União

Unidades: Estados e Distrito Federal

**Sumário:** ADMINISTRATIVO. PROJETO DE DECISÃO NORMATIVA. CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO RATEIO DA PARCELA DE DEZ POR CENTO SOBRE A ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, DE QUE TRATA O INCISO II DO ARTIGO 159 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APROVAÇÃO. COMUNICAÇÃO AOS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO.

**RELATÓRIO**

Adoto como relatório a instrução da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) sobre a matéria dos autos (peça 10):

*“Cuidam os autos dos cálculos dos coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do artigo 159 da CF, para o exercício de 2015, observada a competência atribuída ao Tribunal de Contas da União pelo parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal.*

2. *As normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, relativamente às exportações, foram estabelecidas na Lei Complementar 61, de 26 de dezembro de 1989, e no art. 4º da Lei Complementar 65, de 15 de abril de 1991, entre as quais destacam-se as seguintes:*

*a) na apuração dos valores das exportações deve ser levada em conta a origem do produto exportado e o conceito de produto industrializado adotado pela legislação federal referente ao IPI (LC 61/89, art. 1º, § 1º);*

*b) os coeficientes para o rateio são calculados para aplicação no ano-calendário, ou seja, de janeiro a dezembro, tomando-se por base o valor em dólar norte-americano das exportações ocorridas nos doze meses antecedentes a primeiro de julho do ano imediatamente anterior (LC 61/89, art. 1º, § 3º);*

*c) a participação de cada unidade é limitada ao máximo de 20% (vinte por cento) do montante a ser distribuído, sendo o eventual excesso redistribuído entre os demais participantes, de forma proporcional às respectivas participações (CF, art. 159, e LC 61/89, art. 1º, § 4º);*

*d) o órgão encarregado do controle das exportações, atualmente a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, fornecerá ao Tribunal, até o dia 25 de julho de cada ano, o valor consolidado das exportações (LC 61/89, art. 1º, § 5º);*

*e) para o cálculo da participação de cada Estado ou do Distrito Federal na repartição da receita tributária de que trata o inciso II do art. 159 da Constituição Federal, somente será considerado o valor dos produtos industrializados exportados para o exterior na proporção do ICMS que deixou de ser exigido em razão da não incidência prevista na alínea ‘a’ do inciso X e da desoneração prevista na alínea ‘f’ do inciso XII, ambos do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (LC 65/91, art. 4º).*

3. De acordo com o **caput** do art. 2º da Lei Complementar 61/89, os coeficientes individuais de participação de cada Estado e do Distrito Federal deverão ser apurados e publicados no Diário Oficial da União por esta Corte até o último dia útil do mês de julho de cada ano.
4. Objetivando o cumprimento desse dispositivo, em 7 de julho do corrente ano a Secretaria de Macroavaliação Governamental - SEMAG solicitou à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - SECEX/MDIC, por meio do Ofício 0288/2014-TCU/SEMAG (peça 7), demonstrativo do valor total em dólares das exportações realizadas no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 de forma consolidada e por unidade da federação.
5. Por meio de mensagem eletrônica de 18/7/2014 (peça 8), contendo os dados solicitados e a minuta do ofício que ainda deverá ser encaminhado ao TCU, foi atendido o referido pleito.
6. Com base nas informações prestadas pela SECEX/MDIC e observando-se os critérios estabelecidos na legislação em vigor foram efetuados os cálculos dos percentuais relativos aos coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal a vigorar no ano de 2015, que se encontram no Anexo I do anteprojeto de Decisão Normativa.
7. Com vistas a tornar mais transparente o processo de cálculo, seguindo os princípios estabelecidos no item 9.2 do Acórdão 196/2003-TCU-Plenário, de 12 de março de 2003, a memória de cálculo dos coeficientes é detalhada no Anexo II do citado anteprojeto.
8. Outra determinação do acórdão em comento é a de se descrever, em nota explicativa, a metodologia utilizada nos cálculos, o que se faz presente no Anexo III do referido anteprojeto.
9. Deve-se esclarecer ainda que, de acordo com o § 1º do art. 2º da Lei Complementar 61/89, 'as unidades federadas disporão de 30 (trinta) dias, a partir da publicação referida no **caput** deste artigo, para apresentar contestação, juntando desde logo as provas em que se fundamentar'.
10. O § 2º do mesmo artigo estabelece que 'o Tribunal de Contas da União, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da contestação mencionada no parágrafo anterior, deverá manifestar-se sobre a mesma'.
11. Para que esses prazos, que também estão previstos no art. 292 do Regimento Interno desta Corte, com a redação dada pela Resolução 246, de 30 de novembro de 2011, deve-se alertar as Secretarias de Controle Externo nos Estados a respeito da necessidade de encaminhar tempestivamente para a Secretaria de Macroavaliação Governamental os eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais publicados.
12. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo seu encaminhamento ao Ministro Relator José Múcio Monteiro, com proposta de o Tribunal:
  - a) conhecer da presente representação, nos termos do inciso VI do art. 237 do Regimento Interno;
  - b) aprovar o anteprojeto de decisão normativa que cuida dos coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do artigo 159 da CF, para o exercício de 2015, acompanhado dos seguintes anexos:
    - Anexo I: IPI-EXP – Coeficientes de participação;
    - Anexo II: IPI-EXP – Memória de cálculo dos coeficientes;
    - Anexo III: IPI-EXP – Nota explicativa.
  - c) encaminhar cópia do acórdão e da decisão normativa que vier a ser aprovada, bem como do relatório e voto que os fundamentam, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como ao Ministro de Estado da Fazenda, ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao Presidente do Banco do Brasil S/A;
  - d) determinar à Segecex que alerte as Secretarias de Controle Externo nos Estados sobre a necessidade de encaminhar imediatamente para a Secretaria de Macroavaliação Governamental



*eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais publicados, independentemente da data de recebimento, em face dos prazos fixados no art. 292 do Regimento Interno;*  
*e) arquivar o presente processo.*

**ANTEPROJETO****DECISÃO NORMATIVA - TCUNº , DE JULHO DE 2014**

*Aprova os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2015.*

*O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 161, parágrafo único, da Constituição Federal, o art. 2º, caput, da Lei Complementar 61, de 26 de dezembro de 1989 e o art. 1º, inciso VI, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), e tendo em vista o disposto no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, e nas Leis Complementares 61, de 26 de dezembro de 1989, e 65, de 15 de abril de 1991, bem assim o que consta no processo TC 016.801/2014-8, resolve:*

*Art. 1º Ficam aprovados, na forma dos Anexos I a III desta Decisão Normativa, os coeficientes individuais dos Estados e Distrito Federal destinados ao rateio da parcela de 10% (dez por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, previsto no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2015.*

*Art. 2º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação.*

*TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 23 de julho de 2014.*

**AUGUSTO NARDES**  
**Presidente**

**DECISÃO NORMATIVA - TCU - ANEXO I**  
**IPI EXPORTAÇÃO - COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO**  
**EXERCÍCIO 2015**

<i>UF</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Coefficiente</i>
AC	Acre	0,003613%
AL	Alagoas	0,056348%
AP	Amapá	0,215202%
AM	Amazonas	0,766050%
BA	Bahia	5,354620%
CE	Ceará	0,952343%
DF	Distrito Federal	0,147689%
ES	Espírito Santo	5,488695%
GO	Goiás	2,239677%
MA	Maranhão	0,778364%
MT	Mato Grosso	1,561599%
MS	Mato Grosso do Sul	1,856154%
MG	Minas Gerais	13,934166%
PA	Pará	6,103522%
PB	Paraíba	0,102225%
PR	Paraná	7,703483%
PE	Pernambuco	1,442361%
PI	Piauí	0,022205%
RJ	Rio de Janeiro	14,631809%
RN	Rio Grande do Norte	0,078559%
RS	Rio Grande do Sul	10,741644%
RO	Rondônia	0,348203%
RR	Roraima	0,002170%
SC	Santa Catarina	5,322423%
SP	São Paulo	20,000000%
SE	Sergipe	0,032496%
TO	Tocantins	0,114380%
<b>TOTAL</b>		<b>100,000000%</b>

**DECISÃO NORMATIVA - TCU - ANEXO II**  
**IPI EXPORTAÇÃO - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES**  
**EXERCÍCIO 2015**

(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)
Unidade da Federação	Valor das Exportações jul/2013 a jun/2014 (US\$ FOB)	Participação Inicial	Trava (20%)	Excedente	Participação das UFs sem excedente	Participação no excedente	Participação Final (D + G)
AC - Acre	4.827.469	0,003110%	0,003110%	0,000000%	0,004516%	0,000503%	0,003613%
AL - Alagoas	75.293.055	0,048503%	0,048503%	0,000000%	0,070434%	0,007845%	0,056348%
AP - Amapá	287.558.076	0,185240%	0,185240%	0,000000%	0,269002%	0,029961%	0,215202%
AM - Amazonas	1.023.616.106	0,659397%	0,659397%	0,000000%	0,957563%	0,106653%	0,766050%
BA - Bahia	7.154.979.771	4,609124%	4,609124%	0,000000%	6,693275%	0,745496%	5,354620%
CE - Ceará	1.272.544.668	0,819753%	0,819753%	0,000000%	1,190428%	0,132590%	0,952343%
DF - Distrito Federal	197.345.523	0,127127%	0,127127%	0,000000%	0,184611%	0,020562%	0,147689%
ES - Espírito Santo	7.334.134.402	4,724532%	4,724532%	0,000000%	6,860869%	0,764163%	5,488695%
GO - Goiás	2.992.713.324	1,927858%	1,927858%	0,000000%	2,799596%	0,311819%	2,239677%
MA - Maranhão	1.040.070.403	0,669997%	0,669997%	0,000000%	0,972955%	0,108368%	0,778364%
MT - Mato Grosso	2.086.648.600	1,344186%	1,344186%	0,000000%	1,951999%	0,217413%	1,561599%
MS - Mato Grosso do Sul	2.480.240.327	1,597731%	1,597731%	0,000000%	2,320192%	0,258423%	1,856154%
MG - Minas Gerais	18.619.189.369	11,994184%	11,994184%	0,000000%	17,417708%	1,939982%	13,934166%
PA - Pará	8.155.681.686	5,253760%	5,253760%	0,000000%	7,629402%	0,849762%	6,103522%
PB - Paraíba	136.595.434	0,087993%	0,087993%	0,000000%	0,127781%	0,014232%	0,102225%
PR - Paraná	10.293.590.862	6,630967%	6,630967%	0,000000%	9,629354%	1,072516%	7,703483%
PE - Pernambuco	1.927.319.844	1,241549%	1,241549%	0,000000%	1,802951%	0,200813%	1,442361%
PI - Piauí	29.671.108	0,019114%	0,019114%	0,000000%	0,027756%	0,003092%	0,022205%
RJ - Rio de Janeiro	19.551.397.185	12,594697%	12,594697%	0,000000%	18,289761%	2,037111%	14,631809%
RN - Rio Grande do Norte	104.973.040	0,067622%	0,067622%	0,000000%	0,098199%	0,010937%	0,078559%
RS - Rio Grande do Sul	14.353.260.095	9,246141%	9,246141%	0,000000%	13,427056%	1,495504%	10,741644%
RO - Rondônia	465.278.420	0,299725%	0,299725%	0,000000%	0,435254%	0,048479%	0,348203%
RR - Roraima	2.899.986	0,001868%	0,001868%	0,000000%	0,002713%	0,000302%	0,002170%
SC - Santa Catarina	7.111.957.978	4,581410%	4,581410%	0,000000%	6,653029%	0,741014%	5,322423%
SP - São Paulo	48.337.102.706	31,137988%	20,000000%	11,137988%	0,000000%	0,000000%	20,000000%
SE - Sergipe	43.422.208	0,027972%	0,027972%	0,000000%	0,040620%	0,004524%	0,032496%
TO - Tocantins	152.837.475	0,098455%	0,098455%	0,000000%	0,142975%	0,015925%	0,114380%
<b>T O T A L</b>	<b>155.235.149.120</b>	<b>100,000000%</b>	<b>88,862012%</b>	<b>11,137988%</b>	<b>100,000000%</b>	<b>11,137988%</b>	<b>100,000000%</b>

**DECISÃO NORMATIVA - TCU - ANEXO III**  
**IPI EXPORTAÇÃO - NOTA EXPLICATIVA**  
**EXERCÍCIO 2015**

*Em cumprimento ao item 9.2 do Acórdão 196/2003-TCU-Plenário, são publicadas informações adicionais sobre o cálculo previsto no art. 159, inciso II, da Constituição Federal relativo aos coeficientes individuais de participação dos Estados e Distrito Federal no rateio da parcela de 10% (dez por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), fixados pela presente Decisão Normativa TCU.*

*Para o cálculo dos coeficientes devem ser observados os seguintes procedimentos:*

*- os coeficientes para o rateio são calculados para aplicação no ano-calendário, ou seja, de janeiro a dezembro, tomando-se por base o valor em dólar norte-americano das exportações ocorridas nos doze meses antecedentes a primeiro de julho do ano imediatamente anterior (LC 61/89, art. 1º, § 3º);*

*- a participação de cada unidade é limitada ao máximo de 20% (vinte por cento) do montante a ser distribuído, sendo o eventual excesso redistribuído entre os demais participantes, de forma proporcional às respectivas participações (CF, art. 159, e LC 61/89, art. 1º, § 4º).*

*O Anexo I da presente Decisão Normativa TCU apresenta os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal no rateio da parcela de 10% (dez por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), enquanto o Anexo II apresenta a memória dos cálculos que produziram esses coeficientes. As tabelas apresentadas foram construídas a partir dos preceitos legais e possuem as seguintes informações:*

**1) TABELA “COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO”**

**“UF”:** sigla da Unidade da Federação (UF);

**“Unidade da Federação”:** nome por extenso da UF;

**“Coeficiente”:** coeficiente individual de participação de cada UF, em percentagem.

**2) TABELA “MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES”**

**“Unidade da Federação” (Coluna A)** – sigla e nome da UF;

**“Valor das Exportações jul/2013 a jun/2014 (US\$ FOB)” (Coluna B)** – valor FOB, em dólares, das exportações realizadas no período de julho de 2013 a junho de 2014 pela UF;

**“Participação Inicial” (Coluna C)** – percentual de participação de cada UF no valor total das exportações, sem limitação (cada elemento da coluna B dividido pelo total da coluna B);

**“Trava (20%)” (Coluna D)** – percentual de participação de cada UF no valor total das exportações, com limitação superior (trava) de 20% (cada elemento da coluna B dividido pelo total da coluna B, mantendo-se em 20% a participação das UFs que passar de 20%);

**“Excedente” (Coluna E)** – percentual excedente aos 20% que será distribuído entre os demais participantes;

**“Participação das UFs sem excedente” (Coluna F)** – percentual de participação de cada UF sem excedente no resultado da diferença entre o valor total exportado e o total das exportações das UFs com excedente;

**“Participação no excedente” (Coluna G)** – participação de cada UF sem excedente no percentual de excedente total (cada elemento da coluna F multiplicado pelo total da coluna E);

**“Participação Final” (Coluna H)** – coeficiente final de participação percentual de cada UF, que corresponde à soma das colunas D e G, com 6 casas decimais e total ajustado para 100%.”





É o relatório.

## VOTO

Em face das competências constitucionais e legais conferidas ao Tribunal de Contas da União, trago à deliberação deste Colegiado o Projeto de Decisão Normativa que fixa, para o exercício de 2015, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do artigo 159 da Constituição Federal.

2. Nos termos dos artigos 159, inciso II, e 161, inciso II e parágrafo único, da Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas da União efetuar o cálculo das frações em que se dividirão dez por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

3. Como visto no relatório precedente, a proposta oferecida pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) tem por base as informações encaminhadas ao TCU pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC), em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 5º, da Lei Complementar 61/1989 (peça 10).

4. Em síntese, a Secretaria de Macroavaliação Governamental, em observância aos §§ 3º e 4º do art. 1º da Lei Complementar 61/89, utilizando-se dos dados apresentados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, calculou os coeficientes de rateio para o exercício 2015 a partir dos valores, em dólares norte-americanos, das exportações realizadas no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

5. Observados, portanto, os critérios e procedimentos legais para o cálculo dos coeficientes de que tratam os autos, concluo pela aprovação do anteprojeto de Decisão Normativa na forma proposta pela unidade técnica.

6. Por fim, em face da urgência e relevância da matéria, bem assim da necessidade de aprovação do normativo em consonância com o prazo legal, solicito aos eminentes pares a dispensa de abertura de prazos para eventual apresentação de sugestões ou emendas, as quais podem, com efeito, ser incorporadas ao texto em tela na presente sessão.

Ante o exposto, meu parecer é pela aprovação do projeto de Decisão Normativa em exame, nos termos do acórdão que ora submeto à consideração deste Tribunal.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 23 de julho de 2014.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO  
Relator

## ACÓRDÃO Nº 1934/2014 – TCU – Plenário

1. Processo TC nº 016.801/2014-8
2. Grupo I – Classe VII – Representação
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Estados e Distrito Federal
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
8. Advogado constituído nos autos: não há

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que é apresentado ao Plenário o Projeto de Decisão Normativa que fixa, para o exercício de 2015, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do artigo 159 da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar, nos termos apresentados no relatório que compõe a presente deliberação, o Projeto de Decisão Normativa que fixa, para o exercício de 2015, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do artigo 159 da Constituição Federal, acompanhado dos seus respectivos anexos, quais sejam:

Anexo I: IPI-EXP – Coeficientes de participação;

Anexo II: IPI-EXP – Memória de cálculo dos coeficientes;

Anexo III: IPI-EXP – Nota explicativa;

9.2. enviar cópia deste acórdão e da decisão normativa ora aprovada, bem como do relatório e do voto que os fundamentam, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao Presidente do Banco do Brasil S.A.;

9.3. determinar à Secretaria das Sessões que adote as providências necessárias à imediata publicação da presente decisão normativa, em cumprimento ao prazo estipulado no art. 2º da Lei Complementar 61/1989;

9.4. determinar à Segecex que alerte as Secretarias de Controle Externo nos Estados sobre a necessidade de encaminhar tempestivamente para a Secretaria de Macroavaliação Governamental eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais publicados, independentemente da data de recebimento, em face dos prazos fixados no art. 292 do Regimento Interno; e

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 27/2014 – Plenário.

11. Data da Sessão: 23/7/2014 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1934-27/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
**JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES**  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)  
**JOSÉ MÚCIO MONTEIRO**  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
**PAULO SOARES BUGARIN**  
Procurador-Geral